



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

PARATOPIA E AUTORALIDADE NO LIVRO DOS ESPÍRITOS, DE ALLAN KARDEC

Carlos Alberto Baptista¹

Victor Hugo da Silva Vasconcellos²

Resumo: Em 1857, foi publicado “O livro dos espíritos” de Allan Kardec, que se tornaria o marco de divulgação da doutrina espírita. Na introdução, Kardec esclareceu os fundamentos dessa doutrina e, nos demais capítulos, a obra é apresentada em perguntas e respostas. O objetivo deste estudo delimita-se em analisar a legitimação desse discurso no campo religioso. Recorremos às categorias enunciativo-discursivas: Discurso Constituinte, Interdiscurso, Paratopia e Autoralidade. Como metodologia, serão analisados trechos dessa obra a fim de se buscar no discurso elementos dessa legitimação intercursos. A fundamentação teórica é a AD Francesa, principalmente Dominique Maingueneau. Como resultado da pesquisa, são apresentadas discussões acerca da inscrição desse discurso legitimado e seus interdiscursos.

Palavras-chave: análise do discurso; discurso religioso; autoria.

Abstract: Allan Kardec published “Le livre des Esprits” (Spirit’s book) in 1857, which would become an important step for the spreading of spiritualist doctrine. In his introduction, Kardec clarified the reasons of this doctrine and, in other chapters, this work is presented in question-and-answer sessions. The aim of this study is to analyze the legitimacy of the discourse in line with the religious field. It is possible to resort to the categories enunciative-discursive: Constituent Discourses, Interdiscourse, *paratopie* and *auctorialité*. As a method of analysis snippets of the book will be extracted in order to search for elements of the legitimacy interfields in the discourse. The French Discourse Analysis is presented the theoretical fundament of the research. As a result, the discussion concerns the inscription of the legitimate discourse and its interdiscourses.

Keywords: discourse analysis; religious discourse; authorship.

Introdução

Curioso em estudar o fenômeno das mesas girantes no século XIX, o educador Hippolyte Léon Denizard Rivail, entraria para história do Espiritismo com o pseudônimo

¹ Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Contato: carlos-albertt@hotmail.com

² Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Centro Universitário Anhanguera. Contato: victorvasconcellos@uol.com.br



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Allan Kardec. Seu interesse pelos fenômenos sobrenaturais levou-o a estudar o caso de maneira racional e científica. Esse estudo resultou, em 1857, na publicação de “O livro dos espíritos”.

Na época, a França era fortemente dominada pelos estudos positivistas. Esse movimento intelectual postulado por Auguste Comte defendia que todo saber do mundo físico advinha de fenômenos “positivos”, ou seja, reais, da experiência, e esses seriam os únicos objetivos de investigação do conhecimento.

A sistematização do Espiritismo - e do que chamamos de discurso espírita - emergiu em condições sócio-históricas de forte dominância do discurso constituinte científico. *O livro dos espíritos* não deixou, assim, de absorver em sua emergência essa hegemonia interdiscursiva.

Nesse contexto, notamos a interação entre discursos que Maingueneau (2006) agrupa na categoria de **discursos constituintes**: o discurso filosófico, o religioso e o científico. Trata-se de discursos que se autolegitimam e interagem em uma “impossível coexistência”: a de buscar o domínio sobre os demais, ao mesmo tempo em que negociam sua legitimidade nessa concorrência mútua. Como atesta Arribas (2008), Kardec passou a ser conhecido como o codificador de um corpo teórico **filosófico-religioso-científico**.

Por se tratar de um discurso constituinte, o discurso em *O livro dos espíritos* se inscreve em um processo enunciativo **paratópico**, isto é, sua inscrição social e sua **autoridade** se inserem em um quadro enunciativo de pertencimento paradoxal.

O objetivo deste estudo delimita-se, com isso, em analisar a busca por legitimação desse discurso no campo religioso por meio de estratégias discursivos do campo científico, assim como seu processo enunciativo e sua autoridade. Como metodologia, serão analisados trechos dessa obra a fim de se buscar, no discurso, elementos dessa legitimação.

A noção de autor

O autor de um discurso religioso fundador é praticamente apagado em nome daquilo ou/e de quem ele enuncia. Esse autor deve ser o porta voz, aquele que religa (com base na etimologia de “religião”) a humanidade a um deus. Na sua voz enuncia o Consolador, Alah, o Espírito Santo...



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Na visão de Foucault (2006), a noção de autor, ou melhor, a atribuição de um texto a um nome, surgiu de uma ordem jurídico-institucional. Isto é, os textos passaram a ter autor quando houve a necessidade de identificar e punir os transgressores do discurso. Eram autores aqueles que transgrediam o que poderia ser dito. Esse fato é curioso, pois, historicamente, implica, à noção de autor, a ideia de originalidade, de transgressão de um discurso corrente.

Nos estudos atuais da Análise do Discurso, Maingueneau (2010) retoma a problemática da noção de autor. Para ele, a autoralidade deveria ser uma questão central por considerar que a AD opera para além de uma oposição entre texto e contexto, mas pensa na *imbricação recíproca entre textos e lugares sociais*.

Define ele, assim, que a autoralidade é uma *categoria híbrida*, pois ao invocar o texto e o mundo do qual o texto participa, ela implica instâncias distintas. O autor é uma instância enunciativa, mas também uma instância responsável pela cena genérica. Além disso, é um estatuto social historicamente variável.

Há discursos que são privilegiados na projeção de um autor, como o discurso literário. Não obstante, todo discurso implica certa autoralidade, que é condicionada sócio-historicamente, ou seja, está em consonância com a maneira de produção e circulação dos discursos de uma conjuntura histórica e de uma sociedade. E essa autoralidade, por sua vez, interfere nos aspectos exteriores e interiores do discurso, implicando a configuração institucional dentro da qual ele circula e também a cena de enunciação e o conteúdo do discurso.

No livro dos espíritos, podemos identificar instâncias autorais de diversas ordens. Afinal, a autoralidade implicada no nome Allan Kardec amalgama aquilo que é exterior ao que é interior ao discurso. Em outras palavras, esse pseudônimo refere-se ao autor-ator, aquele que se projeta como produtor literário; mas também se refere à instância que assume a responsabilidade por uma cena genérica: o prefácio, sendo assim seu autor-responsável. Isso não exclui ainda que essas instâncias sejam indissociáveis de outra, que se posiciona no mundo, a do educador Hippolyte. O sujeito biográfico que pode ser inferido pelos coenunciadores desses discursos, em diferentes épocas, como forma de dar outros efeitos de sentido a esses discursos.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Com essa problemática, o que Maingueneau (2006) propõe, ao questionar a cisão entre texto e contexto, entre a figura puramente social do escritor e a figura puramente discursiva, parece-nos válido para esclarecer essas diferentes instâncias. Por intermédio de uma teoria enunciativo-discursiva, distingue três instâncias. A primeira é a **pessoa**, que se refere ao indivíduo dotado de um estado civil, de uma vida privada, ou seja, é o sujeito biográfico. A segunda é o **escritor**, instância que designa o autor-ator que define uma trajetória na instituição literária. E a terceira é o **inscritor**, subjetividade enunciativa implicada pela cenografia.

Campo Religioso e Interdiscursos

Para iniciar o estudo de campo discursivo e interdiscursos, apresentamos nossa concepção de discurso. Entendemos discurso como:

[...] intrincação dos dispositivos enunciativos com o texto. Dessa feita, o discurso é fruto das condições de produção e dos enunciadores que o produzem na cena enunciativa como uma prática social. São elementos interdependentes que se autorizam na construção da materialidade discursiva. (VASCONCELLOS, 2015, p. 47)

Dessa feita, o discurso emerge e é autorizado pelos dispositivos enunciativo-discursivos em uma prática social. O produto discursivo é resultado dessa imbricação de elementos linguísticos e sociais.

Para se estudar o campo religioso é necessário que segmentemos a noção de campo discursivo para a análise do discurso de linha francesa. Maingueneau (1998, p. 19) aponta que:

[...] a análise do discurso segmenta campos discursivos, espaços onde um conjunto de formações discursivas está em relação de concorrência no sentido amplo, delimitam-se reciprocamente [...] O campo não é uma estrutura estratégica, mas um jogo de equilíbrios instáveis entre diversas forças que, em certos momentos, movem-se para estabelecer uma nova configuração.

A partir dos estudos de Maingueneau, consideramos o campo discursivo religioso como um espaço delimitado em que várias formações discursivas e posicionamentos



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

emergem para ganharem legitimidade e hegemonia. O campo religioso apresenta, pois, manifestações que tratam do espírito, de Deus (ou nomes / entidades equivalentes) e de todo discurso que busque orientar, confortar, dar esperança e explicar o lado metafísico da vida.

O estatuto de autoridade no discurso religioso é dado pelo próprio homem que se vê em desnivelamento em relação à voz de Deus. Conforme Orlandi (1983, 218-219):

[...] o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens). Isto é, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal. O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros, falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens.

Dessa feita, o campo discursivo da religião apresenta sua legitimidade sócio-histórica perante o homem que o legitima em sua produção, circulação e consumo. Sua produção surge por causa das embreagens enunciativo-discursivas que o engendram como prática social; sua circulação é possibilitada pelos instrumentos religiosos e detentores da cultura religiosa, como as instituições e seus representantes; e o há o consumo por meio dos fiéis que alimentam a alma com esses discursos.

A concepção de campo discursivo está atrelada às noções de **universo** e **espaço** discursivo; aquele, todos os discursos que surgem uma unidade ampla discursiva, de difícil delimitação pelo analista; este, o recorte discursivo escolhido pelo analista para sua análise.

Os discursos são “atravessados” por vários outros discursos. O que chamamos de discurso principal (ou o discurso que será analisado) apresenta em sua constituição outros discursos ou interdiscursos. Por interdiscurso compreendemos:

[...] os diversos discursos que constituem um discurso principal. São os discursos de vários campos discursivos (áreas diversas que se complementam por escolha do enunciador) que estruturam o posicionamento de um sujeito no campo, portanto apresentam regularidade, já que são proferidos a partir de condições Sócio-Históricas. (Vasconcellos, 2015, p. 57)



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Esse atravessamento dos discursos do mesmo campo ou de outros campos discursivos visa a endossar e a buscar a legitimidade do discurso que foi proferido. Todo discurso só é validado quando colocado ao lado de outros discursos a fim de serem legitimados por meio de sua constituição bem estruturada e plausivelmente lógica.

Com efeito, analisar um discurso, é analisar sua constituição, os interdiscursos que o atravessam e os possíveis efeitos de sentido gerados nessa imbricação.

Paratopia

Maingueneau (2010, p. 158) nos diz: “[...] quando se fala de discurso que possui um estatuto paratópico, recorre-se a propriedades discursivas, isto é, propriedades que não estão fundadas nem em critérios estritamente linguísticos, nem em critérios psicossociológicos”.

O discurso religioso, ao garantir a si o estatuto de discurso de autoridade, coloca-se acima de outros discursos que circulam na sociedade, pois sua autoridade vem de si mesmo e não de outro discurso, por isso constituinte. Seu estatuto paratópico deve-se à sua legitimação não ser do plano linguístico nem social enquanto “[...] a noção de discurso constituinte [...] que seu estatuto determina que eles só podem se autorizar por si mesmos, ou seja, não podem ter outros discursos acima de si”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 158)

Análise

Em *O livro dos espíritos*, optamos em analisar a Introdução, os Prolegômenos e o corpo propriamente do livro, que é organizado em forma de perguntas e respostas.

A obra se inicia com uma longa introdução, parte em que relata os métodos usados, o histórico que antecede o estudo, resumo da doutrina e os contrapontos entre a doutrina e a ciência. Tal gênero, aproximando-se da função de um prefácio de uma obra e é assinado por “Allan Kardec”. A responsabilidade desse gênero recai sobre o *escritor* que é aquele que assume o papel de o homem das letras que toma um posicionamento em relação a sua própria obra.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

O fato da obra ser assinada por um pseudônimo é significativo, pois diferencia já de início *pessoa* e *escritor*. Isto é, em um livro cujo prefácio ou introdução apresente o nome de autor sendo idêntico ao nome civil, da *pessoa*, direcionará inevitavelmente a recepção do texto em que o sujeito biográfico coincide com o *escritor*. “Allan Kardec”, além de ser um pseudônimo, é um nome que carrega em si certo posicionamento religioso-científico-filosófico e se ligado diretamente a uma atuação específica de produção literária.

Assim, as emergências subjetivas subjacentes em um prefácio, ou nesta introdução, são conduzidas por uma força enunciativa distinta do corpo da obra: há nela uma função de legitimação da obra perante um quadro de outras publicações do mesmo campo, ou diante de um cenário religioso-científico, como é o caso de *O livro dos espíritos*.

O uso da primeira pessoa do plural surge na parte II da introdução e se sucede até a parte VII³ nos trechos:

Se os fenômenos, com que **nos** ocupam, houvessem ficado restritos ao movimento dos objetos, teriam permanecido, como **dissemos**, no domínio das ciências físicas. Assim, entretanto, não sucedeu: estava-lhes reservado colocar-**nos** na pista de fatos de ordem singular. (KARDEC, 2004, p. 17)

E: “Não **somos** dos que se insurgem contra os sábios, pois não **queremos** que digam que os **insultamos**; **Temo**-los, ao contrário, em grande apreço e muito honrados **nos** **julgaríamos** se **fôssemos** contados entre eles.”(KARDEC, 2004, p. 19-20).

O uso dessa pessoa do discurso se aproxima com aquele feito em textos científicos em que a primeira pessoa do plural assume o caráter de um “nós” coletivo que busca transmitir a neutralidade. Afinal esse “nós” não é a soma de “eus” de sujeitos individuais, mas representa que a fala ocorre em nome de um grupo, o de uma comunidade que aspira a um *status* de científica. Assim, contraditoriamente ao que se é esperado da assinatura individual da introdução, a autorialidade nos remete para uma comunidade enunciativa.

O autor anuncia uma “descoberta” feita pelo crivo do rigor científico da observação e da experimentação. Desse modo, a instância do *escritor* aponta já na introdução ser responsável pela organização discursiva dos eventos sucedidos. Contudo, esses eventos são assumidos por uma coletividade, da qual ele é um dos participantes.

³ Em todas as citações da obra “O livro dos espíritos, os grifos são do autor.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Conforme apontamos no aparato teórico, o autor é um estatuto constituído por instâncias subjetivas de diferentes ordens. A instância do escritor, por exemplo, não pode ser colocada no mesmo nível que a do inscritor, instância subjetiva que emerge na cena de enunciação, embora ambas atuem reciprocamente na elaboração de uma imagem autoral.

No recorte abaixo, analisamos a emergência de uma cenografia que nos remete à apresentação de *resultados de um experimento*. Embora, paradoxalmente, se paute no lugar científico, essa cenografia, ao mesmo tempo, nega esse lugar.

Repetimos mais uma vez que, se os **fatos** a que aludimos se houvessem reduzido ao **movimento mecânico dos corpos** , a indagação da **causa física desse fenômeno** caberia no **domínio da Ciência** ; porém, desde que se trata de uma manifestação que se produz com exclusão das leis da Humanidade, ela escapa à competência da **ciência material** , visto não poder **explicar-se por algarismos** , nem por uma **força mecânica** . Quando surge um **fato novo** , que não guarda relação com alguma ciência conhecida, o sábio, para estudá-lo, tem que abstrair da sua ciência e dizer a si mesmo que o que se lhe oferece constitui um **estudo novo** , impossível de ser feito com ideias preconcebidas. (KARDEC, 2004, p. 28)

Essa cenografia se instaura principalmente pelo uso do código linguageiro que recorre a diversas terminologias científicas. O inscritor situa-se diante de *fatos* ou *fenômenos* sobre os quais há uma *indagação* acerca de sua *causa* . Sobre esse fenômeno são *aplicados métodos de investigação* : da mecânica, dos algarismos, da ciência natural. Os itens lexicais e a narrativa dos fatos nos remetem ao mundo da investigação científica, sendo, assim, o lugar que esse inscritor habita.

A cenografia apresentada busca legitimar seu discurso ambientado no século em que o positivismo era paradigma do fazer científico. Mais do que o linguístico, a imbricação do autor e do lugar de onde fala para explicar fenômenos metafísicos instaura a paratopia do discurso religioso espírita.

Os fenômenos aludidos não cabem apenas ao “domínio da Ciência”; ou seja, os métodos e conhecimentos que o campo científico oferecem são insuficientes para explicar esses fenômenos. Vejamos que, mesmo assim, o inscritor não recusa o lugar da ciência, pois atenta para um “fato novo” que requer um “estudo novo”. Mantém, assim, um interesse científico de investigação, mas que ultrapasse as barreiras do científico. E é nesse lugar



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

“impossível” - aquém de um mundo de “ideias preconcebidas” -, além da ciência, “transcientífico”, em que ele se inscreve, reforçando as embreagens paratópicas.

Após a longa Introdução, redigida e assinada por Allan Kardec, seguem-se os “Prolegômenos”. Esse gênero de discurso trata-se de uma introdução ao conteúdo propriamente dito da obra ou exposição preliminar antes do desenvolvimento de uma teoria. Por isso, é mais frequente em obras do campo da filosofia, da arte e da ciência. Quem assina o texto, contudo, não é Allan Kardec, são os “autores espirituais”: “*São João Evangelista, Santo Agostinho, São Vicente de Paulo, São Luiz, O Espírito da Verdade, Sócrates, Platão, Fénelon, Franklin Swedenborg, etc. etc.*”. (KARDEC, 2004, p. 49).

Em se tratando de interdiscursos, podemos assinalar que o discurso introdutório e os prolegômenos transitam entre o tripé da doutrina dos espíritos: científico (o método), filosófico (razão) e o religioso (metafísico doutrinário). Esse discurso, por meio das embreagens paratópicas e autorialidade compartilhadas no plano físico e espiritual constroem o lugar impossível dessa enunciação, concebendo-se como um discurso constituinte. O discurso religioso espírita busca esse estatuto por meio dos interdiscursos científicos e filosóficos (também discursos constituintes), por ter sua autorialidade compartilhada no lugar impossível e constituir as estruturas do imaginário linguístico e social.

Em se tratando de autorialidade, há na introdução e prolegômenos o apagamento autoral que, conforme mencionado anteriormente, dá voz a outras instâncias enunciativas. A Alan Kardec pode ser atribuída aqui apenas a instância de escritor, em sentido restrito de compilador ou aquele que formula a materialidade linguística do discurso, mas não o papel de criador do conteúdo desse discurso nem da cena enunciativa. No recorte posterior, é nítido esse apagamento:

Este livro (...) Foi escrito por ordem e sob ditado dos Espíritos superiores para estabelecer os fundamentos de uma filosofia racional, livre dos preconceitos do espírito de sistema. Nada contém que não seja a expressão de seu pensamento e não tenha sofrido o seu controle. A ordem e a distribuição metódica das matérias assim como as notas e a forma de algumas partes da redação constituem a única obra daquele que recebeu a missão de o publicar. (KARDEC, op. cit., pp. 47-48)



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Ao *escritor* é dado o lugar, nesta ocasião, de missionário, cuja função é de organizar e distribuir os conteúdos do discurso, que a ele não pertencem, e de publicar a obra. Os “espíritos superiores” assumem, assim, a responsabilidade enunciativa que advém da “expressão de seu pensamento”. Logo, a originalidade, a criação em si do discurso é atribuída a essa instância.

No discurso espírita, o autor tem acesso a um discurso, que é o do *médium*, mas o médium é apenas um canal de transmissão do discurso “original”, o dos espíritos. Portanto, há um complexo fenômeno enunciativo, no qual o autor é, antes de ser propriamente um autor, um observador cujo papel se assemelha a de um escrivão.

Isso justifica o modo como a imagem autoral de Allan Kardec é concebida na atualidade. Geralmente, ele é mencionado como o **codificador** do Espiritismo, ou seja, não se atribui a ele as características fundamentais de um “autor”: a originalidade e a criatividade. Seu papel é o de organizar e de divulgador de uma doutrina que não é criada por ele.

Nos Prolegômenos, podemos discutir a cena de enunciação:

“Os Espíritos anunciam que os tempos marcados pela Providência, para uma manifestação universal, são chegados, e que, sendo os ministros de Deus e os agentes da sua vontade, cabe-lhes a missão de instruir e esclarecer os homens, abrindo uma nova era para a regeneração da Humanidade”. (KARDEC, 2004, p.47).

Há uma cenografia tipicamente teológica nesse recorte: a anunciação profética de uma nova era, de um novo tempo. Trata-se de uma cena validada na memória coletiva, recorrente no discurso religioso-cristão. Nela, a anunciação é feita por um mensageiro de Deus, que geralmente é um anjo, mas neste caso são os “espíritos superiores”.

Conforme acontece no discurso bíblico, quem assume a responsabilidade enunciativa por essa cenografia não é uma *pessoa* nem um *escritor*, mas as instâncias que emergem no e pelo próprio discurso. Os “espíritos superiores” são instâncias enunciativas engendradas por este discurso, isto é, pela atuação do autor. Contudo, são instâncias anteriores ao próprio discurso. Paradoxalmente, criam, dessa forma, o modo pelo qual podem enunciar, ao mesmo tempo em que são frutos da própria enunciação.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Notemos que a cenografia de caráter científico se desfaz nessa parte da obra e dá lugar ao interdiscurso religioso da “Providência divina”, da salvação da humanidade. Por isso, é necessário um novo quadro enunciativo que, por sua vez, requer novos termos de responsabilidades enunciativas e de regimes de autoralidade. O lugar do *escritor* é esvaziado para que a enunciação translúcida nos deixe acessar a enunciação polifônica dos “espíritos superiores” que, em outros tempos, foram os grandes filósofos, pensadores ou mesmo entidades que transcendam a um lugar entre os humanos.

Os capítulos posteriores são organizados em forma de perguntas e respostas, como ocorre no gênero de discurso entrevista. Isso Toda parte introdutória é importante para instaurar o quadro enunciativo decorrente desta parte da obra. Ela deve legitimar o quadro enunciativo em que o entrevistador é uma instância coletiva e que as respostas, por sua vez, são dadas por um *médium*, que as transmite dos espíritos superiores. O que significa que o fato histórico-mitológico e religioso de falar com espíritos toma aqui um caráter institucionalizado. Por isso, este é um discurso fundador de uma prática discursiva.

Há o apagamento de marcas de pessoa dos enunciadores também. Nas raras exceções, o enunciator se inclui entre um “nós” que representa “os humanos” em oposição aos espíritos: “Os Espíritos constituem um mundo à parte, fora daquele que **vemos**? (KARDEC, 2004, p. 77).

Contudo, nas respostas atribuídas aos espíritos, é comum a marca de pessoa que se dirige ao co-enunciador. É usada, porém, a segunda pessoa do plural “vós”, que refere-se aos “humanos” : “Num axioma que aplicais às **vossas** ciências. Não há efeito sem causa. **Procurai** a causa de tudo o que não é obra do homem e a **vossa** razão responderá.”(KARDEC, op. cit. p. 52).

As perguntas e respostas devem pôr em funcionamento a cenografia da *evocação espírita como instrumento de pesquisa*. Para isso, contribuem a organização das perguntas, o conteúdo das perguntas feitas e o apagamento dos sujeitos que participam do quadro enunciativo. É a legitimação dessa cenografia que legitima todo o discurso, seu autor e a doutrina que é proposta.

Últimas reflexões



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

A autorialidade mostrou a complexidade da noção de autor no discurso religioso ao imbricar as instâncias autorias com a impossibilidade dos lugares de enunciação. Essa complexa rede enunciativa-discursiva é apresentada por Dominique Maingueneau em seus diversos estudos sobre análise do discurso.

A nossa escolha do corpus implica refletir sobre o discurso religioso espírita e abordar sua complexidade dentro do campo religioso, além de discutir essas possíveis categorias discursivas propostas pela análise do discurso de linha francesa.

Para Maingueneau, o discurso religioso instaura-se como discurso constituinte, pois suas embreagens paratópicas o inserem com esse estatuto. Portanto, esses discursos são os ditos fundadores, constituindo os outros discursos e legitimando a si mesmos. Ao lado dele, constam o científico, o literário e o filosófico.

O discurso espírita cria uma nova visão sobre a vida imaterial e suas normas de conduta moral e intelectual a partir das embreagens paratópicas que emergem em sua constituição enunciativo-discursiva. Logo, está categorizado como constituinte para Maingueneau. Questionamos a gênese dos discursos quanto à sua categorização. O discurso religioso espírita não foi um discurso sempre aceito e, por isso, passou a ser perseguido seja pelos cientistas, bem como pelos adeptos de outras religiões.

Para Eni Orlandi (1983, p. 221):

A interpretação própria da palavra de Deus é, pois, regulada. Os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: o discurso religioso tende fortemente para a monossemia. No cristianismo, enquanto religião institucional, a interpretação própria é a da Igreja, o texto próprio é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus, o lugar próprio para a palavra determinada segundo as diferentes cerimônias.

Eni Orlandi está considerando o discurso religioso católico em sua análise. O discurso religioso espírita também se considera cristão e assume os ensinamentos de Jesus Cristo como modelo de boa conduta moral; contudo, altera as interpretações propostas pela Igreja. Essas alterações criaram embates entre os adeptos. O livro dos espíritos constou no Index Librorum Prohibitorum e sofreu uma famosa queima em praça pública em Barcelona, Espanha, em 1861. Orlandi (1983, p. 221) nos diz:



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Uma vez que há obscuridade, há sempre a possibilidade das diferentes interpretações (leituras) das palavras (do texto), mas essas diferenças observam um regulamento categórico: além de um certo limite, elas são consideradas transgressões, instituem novas seitas, são cismas etc.

Como seita ou transgressões da palavra de Deus, o espiritismo não pôde ser aceito em um primeiro momento. Dessa feita, esse discurso religioso circulava na clandestinidade. Seguindo a linha de Maingueneau, o discurso que é marginalizado é considerado dentro do universo discursivo como atópico. Como um discurso que está acima dos outros pode ser considerado atópico?

Em Vasconcellos (2015, p. 60) há uma proposta:

Acredito que socialmente, os discursos se encaixam em compartimentos como os campos discursivos, que devem ser legitimados. Até porque a AD estuda os discursos a partir de suas condições sócio-históricas de produção. A legitimação é posterior à sua circulação.

Portanto, partimos do pressuposto que todo discurso emerge e deve circular para ter sua legitimação ou exclusão dos discursos tópicos. A questão da atopia também já foi discutida por Vasconcellos (2015) em que propõe um novo olhar para os discursos atópicos. Quanto aos paratópicos, estamos refletindo sobre sua gênese e inscrição como constituintes, pois dependem de sua legitimação no campo, logo circulação social. Os paratópicos, para Maingueneau, gozam de uma impossível existência quando observados a partir de quem os enuncia ou de onde é enunciado. Sobre a atopia, Vasconcellos (2015, p. 60) enuncia:

O homem é um ser histórico e social, e por isso sua cultura é fruto de suas condições geográficas, tempo e contatos com quem o cerca. Não questiono isso e a língua (linguagem, discurso, posicionamento etc.) também é fruto dessa “prisão social”. O meu questionamento é o de utilizarmos regras sociais para coibir certas manifestações discursivas naturais e dizer que são de impossível existência e impossível inexistência. Explico: a linguagem é da ordem antropológica enquanto a proibição é do nível sociológico. Não posso afirmar que não há lugar circunscrito para os discursos atópicos e que não há coenunciadores que se assumem; dizer já é assumir.

Com efeito, concebemos essas impossíveis existências e inexistências a partir da validação social desses discursos. O discurso religioso possui validade no círculo de seus



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

adeptos, pois acreditam nas manifestações do divino. Orlandi (1983, p. 218) diz: “[...] o discurso religioso como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre - ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante Seu - é voz de Deus”. Dessa feita, os que aceitam essa condição, acreditam em receber a voz divina.

Contudo, os representantes enunciam em nome de Deus, como se fossem a própria divindade. Assim, “[...] quando falamos do "como se", estamos tratando não da relação com o imaginário mas com o simbólico”. (ORLANDI, 1983, p 220). O discurso desperta efeitos de sentido relacionados à fé. Esse simbolismo e efeitos de sentido são bem esclarecidos por Eliana de Almeida (2001, p. 28):

Concebemos o efeito de sentido como um trabalho de interpretação da relação do sujeito com simbólico, visto que o sujeito não toca o mundo imediatamente concreto, mas a instância em que o mundo é atravessado pelas formações imaginárias.

Essa relação com o simbólico possibilita o contato com o sobrenatural e com as consciências que regem as normas de conduta no mundo e, conseqüentemente, seu padrão de autoconsciência e paz espiritual que apenas discursos dessa magnitude podem possibilitar. Logo, a magia desse estatuto paratópico é consensual e posterior à sua circulação discursiva. Quando as ideias não se provam como coerentes ou plausíveis dentro uma lógica possível, esses discursos são tidos como de falsos profetas e caem no esquecimento.

A noção que discute a categorização dos discursos concebe o seu momento atual de circulação social, portanto, não é contemplada a sua gênese. Para tal classificação, mostra-se eficaz; contudo, buscamos a observação quanto à sua gênese e a circulação desses discursos.

Como conclusão, sugerimos que essa observação seja discutida com outros analistas do discurso a fim de estabelecer novos paradigmas nos estudos enunciativo-discursivos para contemplar as manifestações no universo discursivo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eliana de. Discurso religioso: um espaço simbólico entre o céu e a terra. In: VÁRIOS AUTORES. *Sociedade e Discurso*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001, pp. 27-62.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

ALVES FILHO, F. *A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARRIBAS, C. G. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. 226f. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Org. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2015, pp. 27-78.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-298.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2012.

KARDEC, Allan. O livro dos espíritos. Tradução de Salvador Gentile. Catanduva, SP: Boa Nova, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de Marcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Análise do Discurso e suas fronteiras*. IN: Revista Matraca, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-p.37, jan/jun. 2007(a).

_____. *Dozes conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2007(b).

_____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

ORLANDI, Eni. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 214-237.

VASCONCELLOS, Victor Hugo da Silva. *Ensaio sobre o discurso amoroso*. São Paulo: PUC/SP, 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em língua portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.